

POR UMA ORLA QUE ORGULHA O CARIOCA.

UMA CARTA PÚBLICA PELO RIO (E PELA ORLA) QUE FUNCIONA
Contra o comércio irregular que virou regra e está destruindo a
experiência da cidade

Rio de Janeiro, 4 de março de 2026

Ao **Excelentíssimo Senhor Marcus Belchior Corrêa Bento**, Secretário
Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro, SEOP
À **Câmara Municipal do Rio de Janeiro**

A orla do Rio de Janeiro é um dos espaços públicos mais emblemáticos do Brasil e do mundo. Milhões de cariocas e turistas frequentam diariamente nossas praias em busca de lazer, esporte, convivência e da experiência única que a cidade oferece.

Para que esse ambiente funcione de forma organizada e segura, existe um sistema formal que sustenta a vida econômica e turística da orla. Quiosques licenciados, barraqueiros, ambulantes cadastrados, hotéis, bares, restaurantes, escolinhas esportivas e operadores formais que cumprem regras, pagam tributos, geram milhares de empregos e contribuem diretamente para a manutenção e a qualidade do espaço público.

E é justamente por isso que precisamos dizer com todas as letras:
o comércio irregular na orla saiu do controle.

Não é um fenômeno recente. É um problema que piora a cada temporada, a cada verão, como uma maré que sobe sem ninguém conter.
Mas neste verão a maré virou ressaca. Caótica. Insustentável. Absurda.

Evidências de escala

Não estamos falando de sensação. Estamos falando de escala e repetição. Em ações oficiais de ordenamento divulgadas neste verão, foram registradas

apreensões em grande volume na orla, incluindo cerca de 11 toneladas de produtos irregulares em um único fim de semana, além da apreensão de mais de 80 caixas de som. O que esses números mostram é simples. O problema cresceu, se espalhou e deixou de ser exceção.

O que se vê no calçadão e na areia não é informalidade pontual. É ocupação sistemática.

São estruturas montadas como se fossem permanentes.

São filas, aglomerações e bloqueios de passagem.

É venda de bebida e comida sem procedência, sem controle, sem responsabilidade.

E tem um efeito que vai além do desordenamento. Ele atinge diretamente o turista e a reputação do Rio.

Sem regra, sem identificação, sem tabela de preços e sem qualquer transparência, abre-se espaço para abusos, cobranças arbitrárias e golpes.

O turista, que deveria levar a melhor lembrança da cidade, vira alvo fácil de uma lógica em que o preço muda conforme a cara, o sotaque ou a falta de familiaridade com o lugar. Isso não é o Rio que queremos exportar para o mundo.

E tudo isso acontece à vista de todos, enquanto o espaço público vai sendo tomado, centímetro por centímetro, como se a orla tivesse perdido dono, lei e critério.

O dano é direto. E é coletivo.

O comércio irregular não é só desordem. Ele é um risco sanitário. Um problema de segurança. Um ataque ao ordenamento urbano.

E, sim, uma concorrência desleal que corrói a economia formal e premia quem escolhe operar fora das regras.

Concorrência desleal tem nome e consequência

Quem atua de forma formal - hotéis, bares, restaurantes, quiosques, barraqueiros e ambulantes licenciados - uma rede de empreendedores que impulsiona e fortalece o turismo e o serviço da cidade com CNPJ, alvará e responsabilidade, paga impostos.

Que gera empregos formais.

Contrata. Treina. Cumpre norma sanitária.

Investe em estrutura, manutenção e padrões de segurança.

Atende cariocas e turistas com qualidade e previsibilidade.

Assume responsabilidade sobre descarte, limpeza e convivência.

Investe em práticas sustentáveis, com rotinas e projetos que ajudam a cuidar do território.

Quem opera irregularmente não paga impostos.

Não tem licença.

Não tem rastreabilidade.

Não assume obrigação sanitária.

Não responde por dano.

Não investe em sustentabilidade.

E ainda concorre no mesmo território, no mesmo fluxo, no mesmo metro quadrado.

Entre um quiosque e outro, somente num dos trechos da orla de Copacabana, foram contadas 23 carrocinhas irregulares de bebidas ou comidas, sem falar nos camelôs de cangas, camisetas, bonés e outros utensílios espalhados pelo calçadão, inclusive usando as estruturas dos guarda-corpos dos banheiros como suporte para itens. Isso não é uma ocorrência isolada. É um modelo que se repete, amplia e se consolida a cada verão.

Isso não é comércio popular. Isso é distorção institucionalizada.

É o tipo de mensagem que uma cidade jamais deveria passar: cumpra a regra e você será cobrado. Fuja da regra e você será tolerado.

E é importante deixar claro um ponto adicional. O problema não se resume a pessoas buscando sustento ou tentando trabalhar de forma informal. Em muitos casos, trata-se de uma estrutura organizada, que fornece produtos, logística, equipamentos e coordena a atuação de vendedores irregulares ao longo da orla. Existe uma cadeia estruturada que se aproveita da ausência de fiscalização constante para promover a desordem e explorar economicamente o espaço público sem qualquer tipo de responsabilidade.

Uma orla sem controle vira um risco de saúde pública

Vender bebida e comida na praia não é só vender. Envolve gelo, água, armazenamento, manipulação, temperatura, descarte.

Quando isso acontece sem qualquer controle, o risco não é teórico. Ele é físico. Ele acontece no corpo de quem consome, na família com criança, no turista que não conhece o ambiente, no idoso que está ali por lazer.

E o risco tem evidência concreta. Neste verão, uma ação conjunta de órgãos públicos apreendeu 3,5 toneladas de gelo sem procedência que seriam comercializadas na orla, um dado que por si só escancara o tamanho do problema sanitário associado a cadeias informais sem rastreabilidade.

O Rio não pode normalizar uma cozinha a céu aberto sem regra.

Isso não combina com uma cidade que quer ser referência internacional de turismo, eventos e cultura.

Eventos e a imagem do Rio para o mundo

A praia não é apenas um cenário permanente de lazer e de operações regulares. Ela é também um ativo de promoção da cidade e um palco em área

pública que recebe eventos culturais, esportivos e turísticos vistos pelo Brasil e pelo mundo. Quando o comércio irregular se prolifera, ele não afeta apenas o cotidiano. Ele afeta diretamente a experiência dos eventos, ampliando a desordem, a ocupação descontrolada e a sensação de falta de regra justamente nos momentos em que o Rio está sob os holofotes. A atração e o adensamento de vendedores irregulares se intensificam nesses períodos, prejudicando circulação, segurança, limpeza e a percepção de qualidade que esses eventos precisam gerar. Eventos precisam ser valorizados como vitrine do Rio, não degradados por uma informalidade que cresce sem controle.

O espaço público está sendo sequestrado

O calçadão é uma via de convivência. É circulação. É acessibilidade. É mobilidade. A areia é área de lazer, esporte, descanso. Não é depósito de estruturas improvisadas.

Quando carrinhos irregulares se multiplicam sem ordenamento, o resultado é previsível: bloqueio, conflito, lixo, insegurança, degradação da experiência.

E o que é pior: a sensação de abandono.

De que a cidade desistiu de organizar o próprio símbolo.

O impacto ambiental é brutal e vai na contramão do Rio que queremos

A orla vem avançando com iniciativas de sustentabilidade e conscientização.

Há uma agenda clara de responsabilidade ambiental sendo construída, com projetos e práticas que estimulam descarte correto e redução de resíduos.

A informalidade descontrolada faz o oposto: aumenta lixo sem gestão, amplia descarte irregular e destrói, na prática, qualquer esforço coletivo de manter a orla limpa.

Sustentabilidade não é slogan. É rotina.

E rotina precisa de regra, fiscalização e consequência.

Este verão passou do limite

Anexamos a esta carta um vídeo com registros de três finais de semana consecutivos. Não é opinião. É evidência.

O vídeo mostra a repetição do caos e o crescimento do comércio irregular como se fosse algo aceito.

E é isso que torna tudo mais grave: quando o absurdo vira normal, a cidade perde o freio.

O que pedimos é simples e inadiável

Não estamos pedindo favor. Estamos pedindo coerência.

O Rio precisa de uma política de ordenamento à altura do seu principal ativo turístico.

Operação integrada e permanente

Presença recorrente, retirada de estruturas irregulares, apreensão de materiais e medidas reais contra reincidência. Ação pontual não resolve problema estrutural.

Fiscalização sanitária efetiva

Critério mínimo para qualquer atividade que envolva alimentos e bebidas. Saúde pública não pode ser terceirizada para a sorte.

Regras claras e aplicação proporcional

As regras já existem e são claras. O marco regulatório é conhecido e as normas são objetivas. O que se impõe, diante da escalada do comércio irregular, é aplicação contínua e proporcional, com fiscalização e consequências reais para desestimular a ocupação desordenada.

Atuação coordenada e inteligência

Diante do caráter organizado que essa ocupação assumiu, o enfrentamento não pode ser tratado apenas como questão administrativa. Trata-se também de um caso de polícia, que exige investigação, inteligência e ações coordenadas entre órgãos públicos. É necessário identificar quem está por trás dessa organização, quem financia essa estrutura e quem lucra com a exploração irregular do espaço público.

Governança com metas, indicadores e transparência

Ordenamento precisa ter números, metas e prestação de contas. Sem isso, vira só uma promessa de verão que derrete em março.

O Rio que funciona precisa prevalecer

O Rio é alegre, mas não é ingênuo.

O Rio é democrático, mas não é desorganizado por natureza.

O Rio é livre, mas liberdade sem regra vira abandono.

A orla é o nosso maior palco.

E palco sem direção vira bagunça. Bagunça vira risco. Risco vira manchete. E manchete vira queda de reputação.

A cidade precisa escolher qual mensagem quer mandar ao mundo

Que no Rio vale tudo.

Ou que no Rio vale o que é certo.

Nós escolhemos o Rio que funciona.

O Rio que protege seu espaço público.

O Rio que valoriza a economia formal.

O Rio que cuida de quem vive aqui e de quem nos visita.

O Rio que não transforma seu cartão-postal em território sem lei.

Assinam esta carta pública

ACRJ

ABIH

ORLA RIO

SINDRIO

VISIT RIO

ABAV RJ

COOPQUIOSQUE

SINDETUR-RJ

APRESENTA

Com apoio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Anexo

Vídeo com registros de três finais de semana consecutivos evidenciando a escalada do comércio irregular no calçadão e na areia, com impactos sobre saúde pública, ordenamento urbano, concorrência desleal, sustentabilidade e reputação turística do Rio.



ACRJ
A CASA DO EMPRESÁRIO
A CASA DE MAUÁ



E todos que fazem da praia carioca um lugar sem igual.